



2º SIMULADO ESPECIAL

CNU

BLOCO TEMÁTICO 2

Cultura e Educação

Pós-Edital

Simulado

2º Simulados Especial CNU (Bloco Temático 2)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 2 - Cultura e Educação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hVQYVQmVv5zsbeWe9>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/N9eX>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. A respeito da dignidade da pessoa humana e sobre o papel das escolas no combate às discriminações por gênero e orientação sexual, com base no entendimento do STF, julgue os itens a seguir.
- I. O STF reconheceu o dever constitucional das escolas públicas e particulares de coibir discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.
- II. O direito à educação deve ser interpretado de forma restrita, limitando-se a garantir o acesso ao ensino formal, sem incluir políticas de combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero.
- III. A decisão do STF destacou que o Estado tem o dever de agir positivamente para implementar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual no ambiente educacional.
- IV. A omissão da menção expressa ao combate à homotransfobia no Plano Nacional de Educação não afasta a obrigação das instituições de ensino de adotarem medidas contra a discriminação, pois essa proteção decorre diretamente da Constituição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

2. Saúde é direito fundamental consagrado no artigo 6º da Constituição Federal. Trata-se de direito de todos e dever do Estado. Sobre os critérios para o fornecimento de medicamentos não incorporados na política pública do SUS, assinale a alternativa correta

- a) O STF decidiu que todas as demandas sobre fornecimento de medicamentos, independentemente do valor do tratamento e da existência de registro na ANVISA, devem tramitar exclusivamente na Justiça Estadual.
- b) O STF decidiu que o Poder Judiciário pode determinar o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS sem a necessidade de analisar o ato administrativo da Conitec sobre a negativa de incorporação.
- c) O STF determinou que a União não possui responsabilidade financeira em ações judiciais relacionadas ao fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, sendo tal obrigação exclusiva dos Estados e Municípios.
- d) O STF considerou inconstitucional qualquer forma de ressarcimento da União aos Estados e Municípios em casos de fornecimento de medicamentos determinados judicialmente.
- e) O STF estabeleceu que as ações que envolvem medicamentos não incorporados ao SUS, mas com registro na ANVISA, devem tramitar na Justiça Federal, quando o valor do tratamento anual for igual ou superior a 210 salários-mínimos.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra (Alê) Lopes*

3. Os conceitos fundamentais do Estado moderno estão intimamente relacionados ao modo como os indivíduos se organizam política e juridicamente. Entender a diferença entre soberania, governo, território e cidadania é essencial para compreender a estrutura do Estado contemporâneo.

Relacione os conceitos abaixo com suas respectivas definições:

1. Soberania
2. Governo
3. Território
4. Cidadania

- () Autoridade suprema e independente que o Estado possui para se autodeterminar e se organizar interna e externamente.
- () Conjunto de instituições e pessoas responsáveis pela direção do Estado e pela condução das políticas públicas.
- () Base física delimitada onde se estabelece a jurisdição de um Estado soberano.
- () Condição jurídica que permite a um indivíduo o exercício de direitos e o cumprimento de deveres perante um Estado.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4
- b) 2 – 3 – 4 – 1
- c) 1 – 3 – 2 – 4
- d) 4 – 2 – 1 – 3
- e) 2 – 4 – 3 – 1

4. A Constituição Federal de 1988 consagrou o modelo de Estado Democrático de Direito no Brasil. Esse modelo ultrapassa a noção meramente formal de legalidade e se ancora na soberania popular, na promoção dos direitos fundamentais e na participação ativa dos cidadãos na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

À luz do conceito de Estado Democrático de Direito e das práticas associadas à participação e ao controle social, analise as afirmativas abaixo:

- I. O controle social implica que a sociedade civil possa acompanhar, avaliar e intervir nas ações do Estado, ainda que sem mecanismos institucionalizados, por meio de manifestações espontâneas e redes sociais.
- II. A participação social é uma diretriz do Estado Democrático de Direito, e se concretiza apenas por meio da eleição periódica de representantes nos Poderes Executivo e Legislativo.
- III. Conselhos gestores de políticas públicas são exemplos de instrumentos institucionais de controle social, que ampliam os canais de deliberação democrática.
- IV. O Estado Democrático de Direito exige que a legalidade se harmonize com os princípios da dignidade da pessoa humana, da transparência e da participação cidadã.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

5. (...) O ato de relacionar direitos fundamentais com políticas públicas e, em especial, com políticas públicas de direitos sociais abre a porta à possibilidade de um maior controle ou intervenção judicial na ação governamental, sem violação da separação dos poderes, aumentando a transparência ao suscitar que mais cidadãos e organizações sociais possam recorrer ao Poder Judiciário sempre que o Poder Público não venha implementar políticas públicas constitucionalmente devidas ou realizar outras frontalmente contrárias ao texto constitucional. (Carvalho, 2019, p. 783). a utilização do Poder Judicial para solução de demandas individuais em oposição aos processos coletivos, na busca da efetivação de direitos e de políticas públicas, tem como consequência
- a) o afastamento da possibilidade de uma resposta estrutural do problema.
 - b) o fortalecimento do controle popular sobre as decisões judiciais e administrativas.
 - c) a ampliação da participação cidadã nos espaços deliberativos do Judiciário.
 - d) a consolidação de políticas públicas de forma mais democrática e universal.
 - e) o aumento da efetividade das políticas públicas por meio de decisões individualizadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Stefan Fantini

6. Em relação às etapas clássicas que compõem o ciclo de políticas públicas, assinale a opção que não corresponde a uma dessas fases.
- a) Avaliação.
 - b) Tomada de decisão.
 - c) Implementação.
 - d) Formulação da política.
 - e) Prestação de contas.

7. Um gestor público precisa avaliar se vale a pena manter um programa que oferece bolsas de estudo no exterior. Ele decide converter tanto os custos (passagens, bolsas, taxas) quanto os benefícios (como aumento de renda dos bolsistas após retorno, impostos pagos, etc.), ambos em valores financeiros, para decidir se o investimento compensa. Nesse caso, ele está utilizando qual tipo de análise?

- a) Análise Efetividade-Custo.
- b) Análise Custo-Efetividade.
- c) Análise Benefício-Efetividade.
- d) Análise Custo-Benefício.
- e) Análise de Resultados Públicos.

8. O governo estadual lançou um programa que oferece óculos de grau gratuitamente para estudantes da rede pública. O projeto é financiado com recursos do orçamento do Estado e beneficia um grupo específico da população. Essa política pública é caracterizada como:

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Efetividade-Custo.
- d) Distributiva.
- e) Estruturante.

9. Um programa estadual de alfabetização foi concluído após quatro anos de execução. Agora, os gestores querem verificar se os objetivos previstos foram alcançados, analisando os resultados do programa. Esse tipo de avaliação, realizada após a implementação, é conhecida como:

- a) Avaliação Concomitante.
- b) Avaliação In Itinere.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação Inicial.

10. No processo de construção da agenda governamental, os problemas públicos podem ser classificados conforme sua intensidade ao longo do tempo. Considerando essa tipologia, assinale a alternativa correta:

- a) O congestionamento progressivo nas grandes cidades, resultado do aumento da frota de veículos, é um exemplo clássico de problema cíclico.
- b) A descoberta de um grande esquema de corrupção, que provoca intensa mobilização da mídia e da opinião pública, representa um problema incremental.
- c) A redução contínua dos índices de analfabetismo no Brasil, após décadas de programas educacionais, é um exemplo de problema em declínio.
- d) A precariedade das escolas públicas, que se mantém praticamente com o mesmo nível de atenção e gravidade ao longo dos anos, caracteriza um problema súbito.
- e) O aumento de doenças respiratórias durante o outono e o inverno é um exemplo típico de problema incremental.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Rodrigo Bet

11. Durante o processo seletivo simplificado realizado por uma fundação pública, constatou-se que determinado candidato foi beneficiado por critérios subjetivos aplicados de forma desigual, em desacordo com as regras previamente estabelecidas no edital. Tal conduta resultou em favorecimento indevido, desvirtuando a finalidade pública do certame.

A violação relatada configura ofensa direta a qual princípio constitucional da Administração Pública?

- a) Moralidade.
- b) Publicidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Eficiência.
- e) Razoabilidade.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Stefan Fantini

12. Sobre a distinção entre Governança Pública e Gestão Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão pública foca em efetividade e economicidade e a governança pública foca em eficácia e eficiência.
- b) A governança pública tem função direcionadora, enquanto a gestão pública tem função realizadora.
- c) A gestão pública é responsável por avaliar e direcionar, enquanto a governança pública cuida da execução dos planos.
- d) Governança e gestão são funções operacionais idênticas no setor público.
- e) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar, enquanto a governança pública envolve planejar, executar e controlar.

13. Com base no Decreto nº 9.203/2017, que estabelece a política de governança pública na administração pública federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Integridade e transparência são princípios da governança pública.
- II. Liderança, estratégia e controle são mecanismos para o exercício da governança pública.
- III. Liderança, integridade e controle são princípios da governança pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Rodrigo Bet*

14. Uma autarquia federal determinou a imediata execução de um contrato administrativo para reforma em suas instalações, mas deixou de divulgar atos contratuais em meio oficial, o que impediu que os cidadãos e empresas interessadas tivessem ciência do ato. Apesar de o contrato ter sido regularmente realizado, a ausência dessa formalidade comprometeu sua eficácia.

Com base no caso descrito, assinale a alternativa que indica corretamente o princípio constitucional da Administração Pública que foi violado e cuja observância é requisito para a eficácia do ato administrativo.

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Eficiência.
- d) Publicidade.
- e) Impessoalidade.

15. A Controladoria de um órgão público federal está elaborando um relatório sobre o uso de verbas destinadas a programas sociais. Um dos critérios para validação das informações constantes nesse relatório é a garantia de que os dados foram extraídos diretamente da fonte, com elevado grau de detalhamento e sem qualquer tipo de modificação ou tratamento posterior.

No contexto da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o atributo exigido da informação, conforme descrito acima, corresponde ao conceito de:

- a) Autenticidade.
- b) Disponibilidade.
- c) Integridade.
- d) Primariedade.
- e) Fidedignidade.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Géssica Ehle*

16. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 reconhecendo o direito à retificação do nome e do gênero no registro civil por pessoas transgênero, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual, laudos médicos ou autorização judicial. Nos termos do Decreto nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, é correto afirmar que

- a) a utilização do nome civil é absolutamente vedada, uma vez que o nome social o substitui em todos os registros do indivíduo independentemente de requerimento
- b) o nome civil poderá ser utilizado junto do nome social por órgão ou a entidade da administração pública federal direta, caso seja estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros
- c) a utilização do nome civil deverá ser abolida sempre que órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, apurarem que o indivíduo traz aparência que pressuponha se identificar como travesti ou transexual, evitando situações que possam ser discriminatórias
- d) o nome social da pessoa travesti ou transexual constará nos documentos oficiais, se requerido expressamente pelo interessado, substituindo o nome civil
- e) o uso do nome social serve para preservar o direito à identidade de gênero de uma pessoa, que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, guardando relação necessária com o sexo atribuído no nascimento

17. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi editada em Nova York, no dia 31 de março de 1981. Quanto as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres a CEDAW prevê que

- a) poderá haver demissões motivadas pelo estado civil, desde que resguardada indenização justa
- b) os Estados-Partes deverão implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, podendo haver perda do emprego anterior e da antiguidade
- c) cada Estado-Parte promova o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que as mulheres, exclusivamente, consigam combinar as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho
- d) caso mulheres em período de gestação optem por trabalho comprovadamente prejudicial a elas, os Estados-Partes poderão adotar medidas de desligamento e justa indenização
- e) Estados-Partes devem tomar todas as medidas para garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social

18. Joana, servidora pública e mulher negra, praticante de religião de matriz africana, utiliza turbante diariamente como parte de sua expressão religiosa e cultural. Ao retornar ao trabalho após um período de férias, ela é surpreendida por uma nova normativa interna da repartição pública onde atua, a qual estabelece que “todos os servidores deverão manter o padrão estético e visual neutro, vedado o uso de adereços de cabeça que comprometam a identidade institucional do órgão”. Com base na Constituição Federal e na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, é correto afirmar que:

- a) A normativa não configura violação de direitos, pois o órgão pode estabelecer normas de padronização visual dos seus servidores, desde que sem referência explícita a crenças religiosas ou grupos raciais
- b) A norma em questão configura discriminação racial e religiosa direta, pois menciona expressamente a proibição de símbolos africanos
- c) Trata-se de um exemplo de discriminação racial indireta, pois a norma, embora aparentemente neutra, impõe desvantagem desproporcional a pessoas negras de religiões afro-brasileiras, como é o caso de Joana, sem justificativa razoável
- d) Joana poderá ser obrigada a se adequar à norma, desde que a Administração Pública demonstre que o uso do turbante compromete a imagem institucional do local
- e) Joana sofre com uma manifestação de intolerância, pois trata-se de uma afronta direta a sua dignidade, total desprezo e desrespeito por suas convicções religiosas

19. Diante do atual paradigma assecuratório de Direitos Humanos, as pessoas com deficiência (PcDs) têm assegurada a plena capacidade civil, seja por normas internacionais de Direitos Humanos, como é o caso da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, seja por normas internas, como a Lei n. 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Paulo José é pessoa com deficiência intelectual e busca saber sobre alguns dos direitos que possui expressamente assegurados por Lei, de modo que incorreto o que se afirma em:

- a) Paulo José poderá casar-se e constituir união estável mediante apresentação de atestado de pleno gozo de suas capacidades
- b) a todas as pessoas com deficiência é assegurado o direito de exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária
- c) caso Paulo José tenha menos de 18 (dezoito) anos, poderá figurar como adotando e, caso completa a maioridade civil, poderia figurar também como adotante
- d) caso Paulo José deseje passar por procedimento de vasectomia não precisará estar curatelado para o ato
- e) A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, para todos esses atos Paulo José, como pessoa com deficiência, preserva sua capacidade civil plena

20. A sociedade atual discute sobre a temática do envelhecimento saudável e quanto à longevidade nunca antes experienciada. Quanto aos direitos assegurados à pessoa idosa, analise os itens a seguir.

- I. A efetivação de direitos como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao respeito deve ser assegurada pela família, a sociedade e o Estado, com absoluta prioridade.
- II. Um profissional de saúde que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver conhecimento cometerá crime a ser punido com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.
- III. Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Antônio Daud*

21. Gilvan, ao estudar sobre os sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal, afirmou INCORRETAMENTE que o Sistema de:

- a) Integridade Pública possui como principal objetivo coordenar e articular as atividades relativas à integridade, além de aumentar a simetria de informações com a sociedade e estabelecer padrões para as práticas e medidas de integridade.
- b) Ouvidoria tem como finalidade principal coordenar as atividades de ouvidoria desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, especialmente no tocante ao recebimento de manifestações.
- c) Correição tem por objetivo realizar atividades relacionadas à prevenção e à apuração de infrações funcionais, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais.
- d) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (TI) objetiva organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de TI.
- e) Controle Externo é responsável por avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, bem como por comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

22. Inocêncio, servidor efetivo de determinado órgão público federal, ao assumir a gestão de um novo departamento, foi instruído pelos seus superiores sobre a execução das atividades na Administração Federal, tendo sido falado INCORRETAMENTE que:

- a) A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
- b) A descentralização deve ocorrer dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução.
- c) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio.
- d) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- e) Os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, permitindo-se a descentralização das atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Elisabete Moreira*

23. O modelo racional-legal, implantado no Brasil na tentativa de acabar com a corrupção e o nepotismo presentes no modelo de administração patrimonial, mostrou-se ineficaz no atendimento às demandas dos cidadãos, tornando-se necessário implementar um novo modelo de gestão que produzisse resultados efetivos para a sociedade. Acerca da evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) A reforma do Estado gerencial mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientada para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade de construção do Estado em novas bases.
- b) A reforma do Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava desde o governo de Juscelino Kubitschek.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas deve ser definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) Para produzir inovações eficazes, no que diz respeito ao governo e à sociedade digital, não se faz necessário dispor de quadros jurídicos que combinem mercados e redes, pois isso burocratizaria as iniciativas.
- e) Nas crises passadas ocorridas no Estado, a exemplo de terrorismos, finanças, catástrofes naturais, entre outras, houve a necessidade dos Centros de governo, como hierarquias, assumir a liderança na orientação dos mercados.

24. A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade e incorporou ferramentas e a orientação para o mercado com vistas a dar resultados ao cidadão. Levando em consideração o tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Desde o final da década de 1970, começando no Reino Unido, com a primeira-ministra Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan, o modelo de *New Public Management* (NPM) ganhou impulso, baseado em teorias econômicas neoinstitucionalistas com transações entre principais e agentes, posteriormente, incorporado à agenda brasileira.
- II. O Estado Neoweberiano mantém uma parcela significativa do setor público e tem a hierarquia como o seu principal motor, não só dentro do setor público, mas também para orientar a sua metagovernança entre o setor público e o setor privado com e sem fins lucrativos.
- III. No Estado Neoweberiano, o papel da democracia representativa é substituída por uma série de dispositivos de consulta e de representação direta das opiniões dos cidadãos

Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta.

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) I, apenas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Gabriela Zavadinack*

25. O Estado de Arco-Íris vem enfrentando dificuldades fiscais, com déficit orçamentário recorrente e aumento de sua dívida consolidada. Ao assumir o governo, a nova gestão decide implementar um programa de ajuste fiscal e de priorização de políticas públicas com base em evidências. Para isso, o governador orienta que:

1. a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte estabeleça critérios mais rígidos para limitação de empenho, defina metas fiscais compatíveis com a sustentabilidade da dívida e incorpore resultados das avaliações de políticas públicas já executadas.
2. a próxima Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja recursos para programas cuja eficácia tenha sido comprovada nas avaliações, ainda que isso implique cortar iniciativas politicamente populares, mas ineficientes e ineficazes.
3. no Plano Plurianual (PPA), sejam incluídas metas plurianuais que considerem o cenário macroeconômico, bem como diretrizes para a política fiscal.

Considerando o disposto na Constituição Federal (CF) e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), é correto afirmar que:

- a) Todas as medidas propostas são constitucionais e coerentes com a CF e com a LRF, pois integram planejamento de médio prazo (PPA), planejamento de curto prazo (LDO) e execução anual (LOA) de forma a alinhar políticas públicas a resultados e sustentabilidade fiscal.
- b) As medidas violam a CF e a LRF, pois a LDO não pode conter critérios para limitação de empenho nem considerar avaliações de políticas públicas, já que tais funções pertencem exclusivamente ao PPA.
- c) A LOA não pode selecionar programas com base em eficácia comprovada, devendo incluir todas as ações previstas no PPA, independentemente de

avaliação de resultados, sob pena de afronta ao princípio da universalidade orçamentária.

- d) Apenas as medidas propostas nos itens 1 e 2 são constitucionais e coerentes com a LRF e com a CF, visto que as diretrizes de política fiscal devem ser tratadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não no Plano Plurianual, conforme orientação contida no item 3.
- e) A vinculação do planejamento orçamentário aos resultados de avaliação de políticas públicas é exigência exclusiva da LRF e não encontra previsão expressa no texto constitucional.

TRABALHO E TECNOLOGIA*Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais nos ambientes laborais tem provocado mudanças significativas nas relações de trabalho. Um dos principais efeitos dessas transformações, especialmente nas plataformas digitais e ambientes virtuais, é:

- a) A consolidação de empregos com carteira assinada, impulsionada pela regulamentação de startups.
- b) A crescente aplicação de regimes de tempo integral com controle rígido de jornada.
- c) A emergência de modelos de trabalho baseados em algoritmos, com impacto direto na autonomia e remuneração dos trabalhadores.
- d) A extinção de trabalhos informais devido à transparência dos dados digitais.
- e) A substituição completa da mão de obra humana por agentes autônomos de inteligência artificial.

27. No contexto do setor público brasileiro, o uso de Inteligência Artificial (IA) tem sido estimulado como forma de ampliar a eficiência e a capacidade de atendimento ao cidadão. Entre os impactos positivos dessa adoção, destaca-se:

- a) A redução da participação social em decisões administrativas, delegando decisões inteiramente aos algoritmos.
- b) O fortalecimento do atendimento presencial em detrimento de canais digitais automatizados.
- c) A padronização de processos, aumento da celeridade e apoio à tomada de decisões com base em dados.
- d) A exclusividade de uso da IA apenas para fins de controle interno e auditoria de gastos.
- e) A substituição automática de servidores públicos em funções estratégicas, com eliminação de concursos.

28. A automação de processos por meio de Robotic Process Automation (RPA) tem sido adotada por órgãos públicos para aumentar a produtividade administrativa. Sobre essa prática, é correto afirmar que:

- a) Elimina a necessidade de revisão humana em processos críticos, devido à infalibilidade dos robôs.
- b) Está restrita a tarefas criativas e de alto grau de abstração, típicas de cargos estratégicos.
- c) É utilizada apenas em processos judiciais eletrônicos, como no âmbito do Poder Judiciário.
- d) Possui impacto direto na redução de retrabalho, tempo de execução e erros operacionais.
- e) Pressupõe o desligamento de servidores para compensar os investimentos em tecnologia.

29. A crescente adoção de sistemas baseados em inteligência artificial no setor público tem levantado preocupações quanto à sua aplicação em decisões administrativas. Entre os riscos a serem considerados, destaca-se:

- a) A obrigatoriedade de aprovação judicial para cada uso de algoritmos em serviços públicos.
- b) A possibilidade de reprodução de vieses discriminatórios presentes nos dados de treinamento.
- c) A total neutralidade e imparcialidade garantida por sistemas baseados em IA.
- d) A substituição automática de todos os processos burocráticos por decisões algorítmicas.
- e) A exclusividade do uso de IA apenas para atividades internas, sem impacto no cidadão.

30. Apesar dos ganhos de produtividade promovidos pelas novas tecnologias, sua adoção no setor público também pode gerar limitações institucionais. Um exemplo concreto de limitação a ser enfrentada é:

- a) O aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados públicos.
 - b) A ampla digitalização dos serviços públicos essenciais para o cidadão.
 - c) A melhoria nos fluxos de trabalho com uso de ferramentas de automação.
 - d) A integração entre diferentes órgãos por meio de soluções interoperáveis.
 - e) A carência de profissionais qualificados para implementar e manter soluções tecnológicas.
-

EIXO TEMÁTICO 1**DIREITO DIGITAL***Antônio Daud*

31. Suponha que no exercício de fiscalização conduzida pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), foram identificadas graves infrações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) por determinado grupo empresarial, tendo resultado na abertura de processo administrativo, no qual foram assegurados o contraditório e a ampla defesa. O infrator já havia sido punido anteriormente pela ANPD com a aplicação de multa. Assinale, a partir das alternativas abaixo, a sanção que NÃO poderia ser aplicada pela entidade:

- a) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
- b) multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.
- c) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.
- d) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 12 meses, prorrogável por igual período.
- e) proibição total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

32. Gilmar, cidadão particular, ao comparecer a uma farmácia para compra de medicamento, foi indagado sobre a possibilidade de permitir que o estabelecimento tratasse seus dados pessoais. Nesta ocasião, foi-lhe informado INCORRETAMENTE que a legislação permite o tratamento de dados pessoais nas seguintes hipóteses:

- a) fornecimento de consentimento pelo titular, seja por escrito ou por outro meio que demonstre sua manifestação de vontade.
- b) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa garantida sempre que possível a anonimização dos dados pessoais.
- d) para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, desde que a pedido do titular dos dados.
- e) para o exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo, não incluindo o exercício de direitos em outros foros, como o arbitral.

33. Juliano, servidor efetivo federal, após estudar as principais regras da Lei 12.527/2011, afirmou INCORRETAMENTE que o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter:

- a) informação pertinente à administração do patrimônio público.
- b) informação contida em registros, produzidos ou acumulados por órgãos públicos, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- c) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- d) informação íntegra, autêntica, secundária e atualizada.
- e) informação custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

34. Após estudar os princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital constantes da Lei 14.129/2021, Fabiana mencionou corretamente o seguinte princípio/diretriz do Governo Digital:

- a) desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, com exceção dos dispositivos móveis.
- b) disponibilização em plataformas variadas do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial.
- c) uso de linguagem técnica.
- d) possibilidade de exigência de prova de fato já comprovado pela apresentação de documento.
- e) possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial.

35. Após determinado provedor de conexão à Internet descumprir regras legais quanto ao armazenamento dos registros, poderá ser punido com a seguinte sanção, EXCETO:

- a) multa de até 10% do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos.
- b) suspensão temporária das atividades.
- c) proibição de exercício das atividades.
- d) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.
- e) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.

36. A entidade privada Alfa possui vínculo de parceria com o poder público e deixou de observar o disposto na Lei 12.527/2011. Neste caso, após o regular processo administrativo e obedecendo a todos os requisitos legais, estará sujeita às seguintes sanções, EXCETO:

- a) advertência.
- b) multa.
- c) rescisão do vínculo com o poder público.
- d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 3 anos.
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual não pode ser cumulada com a sanção de multa.

GESTÃO DO CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO

Júlia Branco

37. O uso de agência de propaganda pode ser dispensado, segundo o Decreto nº 6.555/2008:

- a) sempre que a ação envolver menos de R\$ 50 mil.
- b) apenas quando autorizado pelo Congresso Nacional.
- c) quando as características da ação assim permitirem ou recomendarem, mediante justificativa expressa.
- d) quando a publicidade for veiculada em mídias digitais.
- e) apenas para campanhas internas de treinamento.

38. O Decreto nº 6.555/2008 estabelece que as ações de comunicação do Poder Executivo Federal compreendem diversas áreas. Entre as opções abaixo, assinale aquela que não está listada como área de atuação:

- a) Comunicação digital.
- b) Patrocínio.
- c) Relações públicas.
- d) Publicidade legal.
- e) Marketing eleitoral.

39. O Ministério da Saúde lançou um aplicativo para agendamento de consultas na rede pública exclusivamente por meio da plataforma. O sistema exige conexão de alta velocidade, autenticação biométrica avançada e conhecimento técnico para instalação. Do ponto de vista da comunicação pública e da mediação tecnológica, essa iniciativa:

- a) Representa inovação tecnológica compatível com os princípios da comunicação pública, já que prioriza eficiência operacional e atendimento digital.
- b) Fere o princípio da inclusão, pois a falta de canais acessíveis e a barreira técnica criam exclusão sociotécnica e limitam o acesso a um direito básico.
- c) Está alinhada ao conceito de governo digital, pois incentiva o uso de novas tecnologias para substituir o atendimento presencial.
- d) Atende ao requisito de comunicação acessível, uma vez que disponibiliza um canal oficial para o serviço, ainda que de difícil utilização.
- e) Caracteriza-se como comunicação de serviço adequada, pois informa o cidadão sobre como acessar o atendimento, independentemente do meio utilizado.

40. As políticas de comunicação institucional desempenham papel estratégico na gestão de organizações públicas e privadas. Considerando sua natureza e função, analise as afirmações abaixo:

- I. Uma política de comunicação deve ser suficientemente estável para garantir coerência no posicionamento institucional, mas flexível para se adaptar a mudanças tecnológicas e contextuais.
- II. A política de comunicação define o “como” e o “quando” das ações comunicacionais, enquanto o plano de comunicação estabelece os princípios e diretrizes que as orientam.
- III. A contribuição de diferentes agentes da organização na formulação da política contribui para sua legitimidade e efetividade.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas II está correta.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

41. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) lançou uma plataforma digital para acompanhamento de políticas públicas de combate à fome. A ferramenta disponibiliza dados abertos, permite a interação direta com cidadãos e oferece consultas públicas para revisão de programas sociais. Com base no conceito de Comunicação Pública e nas diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de uma ação de comunicação governamental, pois seu objetivo é divulgar resultados de um programa específico de um governo, ainda que de interesse coletivo.
- b) A iniciativa caracteriza-se como comunicação pública, pois prioriza o interesse da coletividade. Isso garante a transparência ativa e o estímulo à participação social.
- c) A plataforma viola o princípio da impessoalidade, pois divulga políticas públicas originadas de determinada gestão.
- d) A disponibilização de dados abertos é incompatível com a comunicação pública, já que prioriza a análise técnica por especialistas, e não a compreensão ampla pela sociedade.
- e) O uso de consultas públicas virtuais configura meio segmentado de comunicação, destinado exclusivamente a nichos especializados.

42. A crescente adoção de sistemas de recomendação personalizados por veículos de comunicação digital visa otimizar a entrega de conteúdo ao público, com base em métricas como tempo de leitura, cliques e histórico de busca. No entanto, esse modelo pode gerar distorções na missão pública do jornalismo.

Assinale a opção que expressa corretamente a implicação mais crítica dessa prática para a comunicação pública.

- a) Ampliação do alcance de conteúdos de baixa relevância social, em razão da priorização de preferências individuais, com risco de formação de “bolhas informacionais”.
- b) Garantia de neutralidade na seleção de conteúdos, já que algoritmos são projetados para excluir vieses humanos e promover a diversidade temática.
- c) Reforço do papel pedagógico do jornalismo, ao permitir que o público receba notícias apenas sobre temas de seu interesse prévio, com aumento da compreensão sobre assuntos complexos.
- d) Estímulo ao debate público, pois a personalização por IA amplia a exposição do usuário a conteúdos contraditórios.
- e) Aumento da confiança no jornalismo, uma vez que o algoritmo entrega conteúdo segmentado, para além da necessidade de mediação editorial.

EIXO TEMÁTICO 2

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Carla Abreu

43. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade e o dever do Estado com a educação será efetivado mediante algumas garantias, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) progressiva universalização do ensino médio gratuito.

b) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

c) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade.

d) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.

e) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

44. A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece, em seu Art. 3º, que o ensino será ministrado, entre outros, com base nos seguintes princípios, à exceção de um. Assinale-o.

- a) consideração com a diversidade étnico-racial.
- b) valorização da experiência extra-escolar
- c) garantia de padrão de qualidade
- d) oferta de ensino noturno regular
- e) garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida

45. Sobre a organização dos níveis e modalidades de educação oferecidas pelo Estado, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A educação escolar compõe-se de educação básica e educação superior.
- b) A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
- c) A educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na Educação Básica.
- d) O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
- e) A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL*Mardem Ribeiro*

46. Em 19 de maio de 2025, entrou em vigor o Decreto Federal nº 12.456, indique a alternativa que não condiz com algum dos dispositivos desta normativa.

- a) O art. 6º exige, por parte das IES, o controle de frequência nas atividades presenciais e síncronas mediadas e a adoção de medidas que promovam elevada participação e o engajamento dos estudantes nas atividades presenciais e síncronas mediadas.
- b) No formato presencial, a exigência é de 70% de atividades presenciais mínimas. Nos formatos semipresencial e a distância, a exigência é de que a instituição deve garantir uma porcentagem mínima de atividades presenciais de 30% e 10%, respectivamente.
- c) O corpo docente poderá ser composto pelas seguintes categorias: I - coordenador de curso; II - professor regente; e III - professor conteudista.
- d) Conforme o art. 23 do Decreto a aplicação das avaliações de aprendizagem presenciais deve ocorrer em todas as suas unidades curriculares ofertadas de forma parcial ou integral em educação a distância e o peso das referidas avaliações deve levar em conta os demais instrumentos avaliativos para fins de equilíbrio na nota final.
- e) O corpo docente poderá ser auxiliado por tutores com atribuições administrativas, distintas das funções de mediação pedagógica.

47. Associe as colunas em relação ao modelo de ensino híbrido e sua definição:

- (1) Rotação por Estações
- (2) Sala de Aula Invertida
- (3) Laboratório Rotacional
- (4) Modelo Flex
- (5) Modelo a La Carte

- () É um dos modelos mais conhecidos de ensino híbrido. Nesse método, os alunos têm o primeiro contato com o conteúdo de forma autônoma, antes da aula, por meio de vídeos, leituras e atividades online, enquanto o tempo de aula é dedicado a atividades mais práticas, como discussões, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
- () O aluno cursa algumas disciplinas ou módulos inteiramente online e outras de forma presencial escolhendo quais partes de seu curso serão realizadas online e quais serão presenciais, proporcionando um nível elevado de personalização e flexibilidade.
- () Os alunos alternam entre a sala de aula tradicional e um laboratório de informática ou espaço digital específico.
- () Os alunos se movimentam por diferentes "estações" de aprendizagem dentro da sala de aula ou do ambiente virtual. Cada estação é dedicada a uma atividade específica, como exercícios práticos, tarefas colaborativas ou interações digitais.
- () Comum em instituições com grande número de alunos, a maior parte do aprendizado ocorre no ambiente online, mas há a possibilidade de interação presencial conforme necessário. Os alunos têm autonomia para acessar conteúdos e realizar atividades de forma independente no ambiente digital, enquanto o professor está disponível para suporte presencial ou remoto, caso algum estudante necessite de ajuda adicional.

A alternativa que apresenta a sequência adequada é:

- a) 2 – 3 – 5 – 1 – 4.
- b) 3 – 5 – 4 – 1 – 2.
- c) 5 – 3 – 1 – 4 – 2.
- d) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.
- e) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.

48. A primeira tentativa em língua inglesa de definição e articulação de uma teoria da Educação a Distância surgiu em 1972. Mais tarde foi denominada de "teoria da distância transacional". Nesta primeira teoria afirmava-se que Educação a Distância não é uma simples separação geográfica entre alunos e professores, mas sim, e mais importante, um conceito pedagógico. É um conceito que descreve o universo de relações professor-aluno que se dão quando alunos e instrutores estão separados no espaço e/ou no tempo. Este universo de relações pode ser ordenado segundo uma tipologia construída em torno dos componentes mais elementares deste campo - a saber, a estrutura dos programas educacionais, a interação entre alunos e professores, e a natureza e o grau de autonomia do aluno.

Fonte: Moore, M. G. (2008). Teoria da Distância Transacional. Revista Brasileira De Aprendizagem Aberta E a Distância, 1. <https://doi.org/10.17143/rbaad.v1i0.111>. Disponível em: <https://seer.abed.net.br/RBAAD/article/view/111>

Conforme a Teoria da Distância Transacional (TDT) pela perspectiva de Michael Grahame Moore, referem-se respectivamente:

- 1 – À interação positiva e intencional entre discentes e docentes, o que possibilita a criação de um ambiente produtivo e colaborativo. Essa interação contribui para minimizar o isolamento característico dos cursos na modalidade EaD.
 - 2 – À estrutura que está relacionada ao grau de flexibilidade ou rigidez de um programa/curso. Ela determina o quanto um programa pode atender às perspectivas individuais de aprendizagem.
 - 3 – À capacidade do estudante de gerir seu processo de aprendizagem.
- a) Diálogo Educacional – Estrutura do Programa – Autoprogramação da aprendizagem.
 - b) Estrutura do Programa – Diálogo Educacional – Autoprogramação da aprendizagem.
 - c) Estrutura do Programa – Diálogo Educacional – Pedagogia da Autonomia.

- d) Estrutura do Programa – Diálogo Educacional – Autonomia do Aluno.
- e) Diálogo Educacional – Estrutura do Programa – Autonomia do Aluno.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Leandro Thomazini

49. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no que diz respeito às atividades universitárias, é correto afirmar que:
- a) O Poder Público está proibido de financiar qualquer atividade de extensão universitária, exceto quando vinculada diretamente ao ensino.
 - b) Apenas as atividades de ensino das universidades públicas podem receber apoio financeiro do Poder Público, excluindo-se as de pesquisa e extensão.
 - c) As atividades de pesquisa e extensão no âmbito universitário poderão, conforme a legislação, receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive por meio da concessão de bolsas de estudo.
 - d) As atividades universitárias de pesquisa devem ser obrigatoriamente custeadas por instituições privadas ou por convênios com empresas, sem intervenção direta do Estado.
 - e) A concessão de bolsas de estudo está restrita exclusivamente aos cursos de graduação presenciais oferecidos pelas universidades públicas.

50. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), uma das finalidades da educação superior no Brasil é:

- a) Restringir a extensão universitária ao público acadêmico, com o objetivo de preservar a autonomia das instituições de ensino superior.
- b) Promover a extensão como atividade interna, voltada exclusivamente à comunidade científica e aos alunos regularmente matriculados.
- c) Direcionar a pesquisa e a extensão exclusivamente para fins econômicos, visando à captação de recursos para a instituição.
- d) Estimular a participação da população por meio de ações de extensão, com a finalidade de difundir os benefícios e conquistas gerados pela criação cultural e pela pesquisa científica e tecnológica da instituição.
- e) Priorizar a produção cultural e científica em detrimento da extensão, considerada atividade acessória no ensino superior.

51. Com base nas diretrizes e objetivos do atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2025–2029), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O PNPG destaca a necessidade de ampliar a internacionalização da pós-graduação brasileira, promovendo parcerias estratégicas e incentivando a mobilidade acadêmica de discentes e docentes.
- b) O plano reconhece a assimetria regional do sistema de pós-graduação e estabelece diretrizes para promover maior equidade na distribuição dos programas entre as diferentes regiões do país.
- c) A formação de mestres e doutores deve atender exclusivamente às demandas dos centros consolidados de pesquisa, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, onde há maior densidade científica.
- d) A valorização da ciência aberta, da inovação e da interdisciplinaridade figura entre os princípios orientadores do PNPG, alinhando-se aos compromissos globais de desenvolvimento sustentável.

- e) O plano prevê o fortalecimento das políticas de ação afirmativa e de inclusão social, reconhecendo a importância da diversidade no ambiente acadêmico.

EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE E ODS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO, CULTURA E IGUALDADE

André Rocha

52. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Sobre a Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) A Política Nacional de Educação Ambiental encerra-se aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).
- b) Em razão de sua importância, a educação ambiental deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino básico.
- c) A educação ambiental não pode ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino de cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, pois deve ser abordada de forma transversal e interdisciplinar no âmbito das disciplinas já existentes.
- d) A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.
- e) Entendem-se por educação ambiental formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

53. Sobre a Campanha Junho Verde, instituída pela Lei nº 9.795/1999, analise as assertivas a seguir.

I - O objetivo da Campanha Junho Verde é desenvolver o entendimento da população acerca da importância da conservação dos ecossistemas naturais e de todos os seres vivos e do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais, para as presentes e futuras gerações.

II – A Campanha Junho Verde deve ser promovida pelo poder público federal, estadual, distrital e municipal em parceria com escolas, universidades, empresas públicas e privadas, igrejas, comércio, entidades da sociedade civil, comunidades tradicionais e populações indígenas.

III – A Campanha Junho Verde deve ser celebrada anualmente como parte das atividades da educação ambiental formal.

Estão corretos a(s) assertiva(s):

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

54. Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à educação, cultura e igualdade, assinale a alternativa correta.

- a) Uma das metas do ODS 4 – Educação de Qualidade é, até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
- b) Os ODS relacionados à educação são de aplicação compulsória, enquanto os relacionados à cultura de igualdade são facultativos.
- c) Apesar de o Brasil não ter atingido todas as metas relacionadas ao ODS 4 – Educação de Qualidade, ainda não foi recebida nenhuma sanção prevista no âmbito da Agenda 2030.

d) A pandemia de Covid-19 pouco afetou o atingimento de objetivos e metas relacionados à Educação previstos na Agenda 2030 porque o Brasil conseguiu implementar celeremente a educação a distância.

e) O Brasil apresentou avanços expressivos no cumprimento das metas do ODS 10 – Redução das Desigualdades na última década, conseguindo atingir todas as metas previstas para esse ODS.

EIXO TEMÁTICO 3

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURA

Marco Túlio

55. Considerando os objetivos do Plano Nacional de Cultura (PNC), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira, como fundamento para a preservação das múltiplas identidades que compõem o país.
- b) Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais que constituem o patrimônio cultural intangível, e os direitos de seus detentores.
- c) Estimular a sustentabilidade socioambiental, incorporando práticas que integrem preservação cultural e responsabilidade ambiental.
- d) Ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo, fortalecendo vínculos culturais e diplomáticos.
- e) Garantir a gestão centralizada do monitoramento e avaliação de atividades, programas e políticas culturais relacionados à ocorrência de estado de calamidade pública de alcance nacional.

56. Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação Patrimonial: Histórico, conceito e processos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 05/08/2025.

A respeito da Educação Patrimonial e de seus fundamentos teórico-metodológicos, assinale a opção **CORRETA**.

- a) A Educação Patrimonial deve restringir-se às práticas educativas formais, pois o patrimônio cultural, por se referir a bens materiais e imateriais de valor universal, prescinde da participação direta das comunidades detentoras de saberes.
- b) O conceito de mediação, aplicado à Educação Patrimonial, enfatiza que os processos psicológicos superiores se desenvolvem sobretudo por meio da transmissão vertical de informações.
- c) Políticas de preservação efetivas no campo da Educação Patrimonial devem priorizar a construção coletiva do conhecimento, integrando ações educativas ao cotidiano das comunidades e promovendo o diálogo permanente entre agentes culturais e sociais.
- d) A preservação de bens culturais deve imobilizar tradições e legados em um tempo presente, garantindo sua manutenção como peças de museu, desconectadas das práticas sociais contemporâneas.
- e) A Educação Patrimonial considera que reconhecimento de bens culturais é consensual e livre de conflitos entre setores e grupos sociais, sendo determinada principalmente por critérios técnicos estabelecidos por órgãos de preservação.

57. A respeito dos objetivos dos pontos de cultura estabelecidos pela Política Nacional de Cultura Viva, assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) Potencializar iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração.
- b) Adotar princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado;
- c) Promover o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade;
- d) Desenvolver programação integrada entre pontos de cultura por região.
- e) Estimular a exploração de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural;

58. A respeito da Lei Complementar nº 195 de 2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, é correto afirmar que:

- a) As ações executadas no âmbito da Lei Paulo Gustavo devem ser realizadas de forma descentralizada e participativa, em consonância com o Sistema Nacional de Cultura, com pactuação entre entes federados e sociedade civil na gestão dos recursos.
- b) O repasse de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exige, obrigatoriamente, a celebração prévia de convênios ou contratos de repasse.
- c) Os recursos podem ser utilizados livremente pelos entes federados para custear exclusivamente suas políticas e programas culturais regulares, sem necessidade de vinculação aos objetivos previstos na lei.
- d) O montante destinado ao setor audiovisual deve ser aplicado prioritariamente em produções estrangeiras para exibição no Brasil, como forma de fomentar o intercâmbio cultural.
- e) A lei restringe o apoio financeiro a projetos culturais que possam ser realizados exclusivamente de forma presencial, vedando o uso de recursos para atividades virtuais ou híbridas.

59. A Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, estabelece a constituição de Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). São considerados projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de seus recursos, **exceto**:

- a) a produção comercial de instrumentos musicais, bem como de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas.
- b) as atividades industriais de interesse cultural, desde que assim consideradas pelo Ministério da Cultura e que apresentem caráter não comercial.
- c) a produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, canto, circo e demais atividades congêneres.
- d) a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural.
- e) construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos.

60. De acordo com a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) da UNESCO, considera-se como patrimônio cultural:

- a) os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações
- b) as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas.
- c) os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas.
- d) os grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem.
- e) as práticas, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, grupos e indivíduos reconhecem como parte de sua identidade cultural e herança.

61. São objetivos presentes na Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais (2005) da UNESCO, **exceto**:

- a) proteger e promover a diversidade das expressões culturais.
- b) criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo.
- c) fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos.
- d) reafirmar o direito soberano dos Estados de implementar as políticas que garantam a imutabilidade das expressões culturais.
- e) reconhecer natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados.

62. Entre os objetivos estabelecidos pela Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais (2005) da UNESCO, pode-se destacar, corretamente:

- a) criar condições para que as culturas possam florescer e interagir livremente, de modo mutuamente benéfico.
- b) reconhecer a natureza específica das atividades, bens e serviços culturais, independentemente de sua identidade, valores e significados.
- a) c) implementar medidas adequadas para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, sem depender da noção de soberania nacional.
- c) priorizar a dimensão econômica das expressões culturais nos processos que regem a ordem global.
- d) considerar o papel dos Estados na garantia do livre fluxo de pensamentos e obras, desde que não promovam a descaracterização das expressões culturais.

63. A luz Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais (2005) da UNESCO, o Conteúdo Cultural refere-se:

- a) à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão.
- b) ao caráter simbólico, dimensão artística e valores culturais que têm por origem ou expressam identidades culturais.
- c) às atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais.
- d) às políticas e medidas relacionadas à cultura, seja no plano local, regional, nacional ou internacional.
- e) à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo.

64. *Esta Lei Complementar dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.*

O fragmento acima constitui uma descrição da lei popularizada como:

- a) Lei Aldir Blanc
- b) Lei Rouanet
- c) Lei Paulo Gustavo
- d) Lei Romeo Mion
- e) Lei Marília Mendonça

65. A respeito do art. 215 da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) destaca os bens de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural.
- b) considera a proteção do Estado das manifestações indígenas e afro-brasileiras.
- c) caracteriza a estrutura do Sistema Nacional de Cultura.
- d) exige que a sociedade participe das medidas de proteção do patrimônio cultural.
- e) estabelece incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

DIREITOS AUTORAIS: LEI DE DIREITOS AUTORAIS - LDA (LEI Nº 9.610/1998)

Cadu Carrilho

66. A Lei nº 9.610 trata dos Direitos Autorais, a respeito dos institutos tratados nessa lei, marque a opção correta:

- a) Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica, sendo que a proteção concedida ao autor não poderá ser aplicada para as pessoas jurídicas.
- b) Para se identificar como autor, deverá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado, mas não suas iniciais, nem pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.
- c) É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orchestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.
- d) A proteção aos direitos autorais depende de registro.
- e) Pertencem ao autor os direitos patrimoniais sobre a obra que criou, mas os direitos morais não entram nessa proteção.

EIXO TEMÁTICO 4**PESQUISA***Daniel Almeida Bezerra*

67. Durante a implementação de um estudo de caso sobre o impacto do REUNI nas universidades federais do Norte e Nordeste, uma equipe de pesquisadores aplicou entrevistas semiestruturadas com docentes e gestores, analisou documentos institucionais e comparou indicadores de acesso e permanência estudantil antes e depois da expansão. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de captar as múltiplas dimensões e significados atribuídos pelos sujeitos à política de expansão universitária. Com base nessa situação, assinale a alternativa que melhor caracteriza o tipo e a finalidade do estudo de caso realizado.

- a) Estudo de caso descritivo, pois visa retratar em detalhes os aspectos históricos da criação do REUNI, sem interpretar seus desdobramentos contemporâneos.
- b) Estudo de caso explicativo, pois busca identificar relações de causa e efeito entre a expansão promovida pelo REUNI e indicadores de inclusão universitária.
- c) Estudo de caso exploratório, centrado na formulação de hipóteses sobre o perfil socioeconômico dos estudantes beneficiados pelo programa.
- d) Estudo de caso comparativo, pois examina exclusivamente os dados quantitativos do REUNI em diferentes regiões brasileiras.
- e) Estudo de caso estatístico, que utiliza dados secundários do INEP para estimar a evolução das taxas de matrícula em cursos de graduação.

68. Uma equipe de avaliação educacional foi contratada para estudar a efetividade do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) em municípios com baixos indicadores do IDEB. A

pesquisa utilizou microdados do SAEB, entrevistas com professores alfabetizadores e análise de cadernos de atividades. Com base nessa situação, qual abordagem avaliativa está mais alinhada com a estratégia adotada?

- a) Avaliação ex-ante, pois busca estimar os impactos do programa antes de sua implementação, com base em dados históricos.
- b) Avaliação formativa, pois ocorre após a implementação, com foco exclusivo na mensuração de resultados de aprendizagem.
- c) Avaliação somativa, pois identifica os potenciais problemas da política e propõe seu redesenho antes de ser executada.
- d) Avaliação normativa, pois impõe critérios legais ao funcionamento das escolas e sanciona os resultados insatisfatórios.
- e) Avaliação formativa, pois acompanha a implementação em tempo real e fornece subsídios para aprimorar continuamente a política.

69. Um pesquisador desenvolve uma análise crítica sobre a eficácia do ProUni, utilizando entrevistas com bolsistas, dados do Censo da Educação Superior e modelagens estatísticas. Ele busca entender se o programa cumpre sua função de promover acesso e permanência no ensino superior entre estudantes de baixa renda. Essa estratégia metodológica caracteriza-se por:

- a) Pesquisa histórica, pois compara o ProUni com políticas educacionais anteriores.
- b) Pesquisa etnográfica, pois analisa o comportamento coletivo dos bolsistas no ambiente acadêmico.
- c) Estudo de caso exploratório, sem compromisso com validação de hipóteses ou causalidades.
- d) Pesquisa narrativa, pois reconstitui as experiências individuais dos bolsistas a partir de histórias de vida.
- e) Estudo de caso aplicado, com caráter explicativo e uso de métodos mistos para subsidiar avaliação de política pública.

70. Em uma pesquisa sobre desigualdades no acesso à cultura, uma equipe investigadora aplicou entrevistas em profundidade com artistas periféricos, analisou editais públicos de financiamento e estudou a territorialização da produção cultural. Essa abordagem visa oferecer subsídios para redesenhar políticas culturais em âmbito municipal. Com base nesse caso, assinale a abordagem metodológica mais adequada.

- a) Pesquisa fenomenológica, com foco na experiência estética dos artistas com o fazer cultural.
- b) Pesquisa aplicada setorial, orientada por diagnósticos específicos e voltada à proposição de políticas culturais baseadas em evidências.
- c) Pesquisa experimental, pois testa hipóteses em ambientes controlados de produção cultural.
- d) Pesquisa etnográfica, com foco na imersão longa nos coletivos culturais periféricos.
- e) Pesquisa documental, pois se baseia exclusivamente na análise de editais de fomento à cultura.

71. Durante um processo de avaliação de impacto do Bolsa Família, os avaliadores optaram por utilizar um grupo de controle composto por famílias com perfil semelhante às beneficiárias, mas que ainda não haviam ingressado no programa. Esse desenho metodológico busca garantir:

- a) Representatividade amostral, por meio da inclusão aleatória de respondentes em todas as regiões do país.
- b) Análise qualitativa densa, baseada na triangulação entre documentos, discursos e registros audiovisuais.
- c) Validade interna, por meio da construção de um contrafactual plausível que permite comparar cenários com e sem intervenção.
- d) Análise exploratória, com base em observações in loco das rotinas de consumo das famílias.
- e) Coleta de dados etnográficos para descrever as práticas alimentares das famílias atendidas.

72. Durante a elaboração de um projeto de pesquisa aplicada sobre evasão escolar em comunidades quilombolas, uma equipe decidiu integrar dados do Censo Escolar, entrevistas com gestores locais, oficinas com estudantes e observação participante. A intenção era propor intervenções específicas que respeitassem as particularidades culturais da comunidade. Considerando os princípios éticos da Resolução CNS 510/2016, qual cuidado metodológico é indispensável nesse caso?

- a) Aplicação de questionários padronizados, validados nacionalmente, para garantir a comparabilidade com estudos anteriores.
 - b) Exclusão de qualquer forma de interação com os estudantes durante a coleta de dados, em nome da imparcialidade.
 - c) Realização de pesquisa sem consentimento formal, dado o caráter coletivo das comunidades tradicionais.
 - d) Utilização exclusiva de dados secundários, em respeito à vulnerabilidade das populações envolvidas.
 - e) Respeito aos valores culturais e garantia de benefícios contínuos à comunidade após o término da pesquisa.
-

73. Na elaboração de um projeto de pesquisa sobre políticas públicas de juventude, uma pesquisadora parte da vivência de jovens em periferias urbanas, coletando relatos de trajetória de vida, analisando contextos de exclusão e participação política. A pesquisadora não parte de hipóteses prévias e permite que as categorias analíticas emergjam dos dados. Essa abordagem caracteriza-se por:

- a) Pesquisa qualitativa com base indutiva, priorizando a construção de significados a partir da experiência dos sujeitos.
- b) Pesquisa quantitativa descritiva, com ênfase na análise estatística dos dados de juventude.
- c) Estudo de caso explicativo, voltado à generalização dos resultados para todo o território nacional.
- d) Pesquisa experimental, que testa hipóteses causais sobre juventude e políticas públicas.
- e) Pesquisa transversal, cujo foco é a mensuração de variáveis em um único momento no tempo.

74. No ciclo da pesquisa científica, uma das etapas é particularmente sensível à introdução de vies, especialmente quando envolve a seleção da amostra, o desenho do instrumento e o modo de coleta. Considerando os fundamentos metodológicos da pesquisa, qual etapa oferece maior risco à validade do estudo?

- a) Identificação do problema, pois pode levar o pesquisador a conclusões pré-determinadas.
- b) Planejamento e execução do estudo, em função das escolhas técnicas que impactam diretamente a coleta e análise.
- c) Redação do relatório final, ao apresentar os achados com linguagem tendenciosa.
- d) Revisão da literatura, devido ao risco de seleção enviesada de autores.
- e) Formulação dos objetivos, por serem muitas vezes influenciados por interesses políticos externos.

75. Em uma pesquisa de avaliação de políticas públicas, o objetivo era entender por que um programa de incentivo à agricultura familiar não havia atingido os resultados esperados. A equipe de pesquisa analisou documentos, entrevistou beneficiários e utilizou dados georreferenciados para mapear a cobertura da política. Essa estratégia está mais próxima de:

- a) Avaliação normativa, voltada à verificação de conformidade legal do programa.
- b) Pesquisa longitudinal, que busca descrever as variações temporais do fenômeno.
- c) Avaliação somativa, interessada apenas na mensuração final dos resultados do programa.
- d) Avaliação formativa, centrada no acompanhamento da implementação em tempo real.
- e) Avaliação explicativa, que busca compreender causas, mecanismos e padrões de fracasso da política.

76. Uma pesquisadora deseja investigar as práticas alimentares de adolescentes em uma comunidade indígena, respeitando os valores culturais, crenças espirituais e o sistema de saberes locais. Para isso, passa meses convivendo com a comunidade, participa de rituais e registra suas observações em cadernos de campo. Essa abordagem é mais adequadamente descrita como:

- a) Pesquisa participante com ênfase em codificação estatística de relatos simbólicos.
- b) Estudo de caso com triangulação entre fontes documentais e dados secundários.
- c) Pesquisa etnográfica, com uso da observação participante e descrição densa das práticas culturais.
- d) Pesquisa correlacional, com foco na relação entre consumo e indicadores nutricionais.
- e) Pesquisa fenomenológica, voltada à essência da experiência alimentar individual.

77. Um estudo investigou a efetividade do Programa Universidade para Todos (ProUni) em promover inclusão socioeconômica, cruzando microdados do Censo da Educação Superior com entrevistas em profundidade com egressos. Foram identificados padrões de permanência e inserção no mercado de trabalho entre beneficiários e não beneficiários. Essa abordagem integra:

- a) Pesquisa descritiva, com foco exclusivo em dados secundários e perfil sociodemográfico.
- b) Estudo de caso etnográfico, com foco nos significados simbólicos da vivência universitária.
- c) Pesquisa experimental, com manipulação das condições de acesso ao programa.
- d) Abordagem qualitativa, com foco apenas nas narrativas dos estudantes.
- e) Metodologia mista, que combina análise quantitativa e interpretação qualitativa em torno de um mesmo objeto.

78. Durante uma pesquisa aplicada sobre as consequências do ensino remoto emergencial, pesquisadores utilizaram entrevistas semiestruturadas, análise de documentos escolares e coleta de dados sobre evasão e desempenho. O objetivo era elaborar propostas para mitigar desigualdades educacionais no pós-pandemia. Com base nos fundamentos da pesquisa aplicada, essa investigação se caracteriza por:

- a) Ter como finalidade principal a formulação de novos referenciais teóricos sobre educação digital.
- b) Adotar abordagem quantitativa exclusivamente, a fim de isolar variáveis de interesse causal.
- c) Buscar soluções práticas, articulando diagnóstico, intervenção e retorno social fundamentado.
- d) Realizar experimentos randomizados com professores e estudantes.
- e) Concentrar-se na revisão sistemática da literatura internacional sobre educação em crises sanitárias.

EIXO TEMÁTICO 5

AVALIAÇÃO

Daniel Almeida Bezerra

79. Durante a implementação de um Plano Estadual de Cultura, técnicos da secretaria identificaram que os editais existentes favoreciam regiões urbanas centrais, em detrimento de áreas periféricas e interioranas. Com base em oficinas participativas, análise do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (IVM) e diagnósticos culturais locais, propôs-se uma nova metodologia de fomento que combinasse evidências empíricas e escuta qualificada. Essa reformulação exemplifica:

- a) A aplicação de uma governança cultural baseada em evidências, que articula dados, participação e justiça territorial.
- b) A adoção de políticas culturais difusas, ancoradas exclusivamente em critérios subjetivos e simbólicos.
- c) A centralização orçamentária como estratégia para reduzir as desigualdades culturais entre regiões.
- d) A supressão dos dados estatísticos em nome da autonomia plena dos fazedores de cultura.
- e) A priorização de projetos premiados, considerados mais eficazes do que os oriundos de territórios vulneráveis.

80. Em um contexto de revisão participativa do Plano Municipal de Cultura, uma equipe intersetorial foi convocada para integrar os dados culturais existentes com indicadores socioeconômicos, como acesso à educação, saneamento básico e renda familiar. A análise revelou que os territórios com maior riqueza simbólica apresentavam também os maiores índices de vulnerabilidade. Para garantir alocação equitativa de recursos, propôs-se o uso de indicadores sintéticos e da matriz de priorização territorial. Essa estratégia demonstra:

- a) A adoção de uma política exclusivamente meritocrática, que premia os territórios com maior produção cultural já consolidada.
- b) A incorporação de instrumentos técnicos à gestão pública para orientar decisões distributivas com base em evidências e justiça social.
- c) A fragmentação da política cultural em ações isoladas e desconectadas de dados objetivos.
- d) A concentração de investimentos em grandes centros urbanos, sob o argumento de maior eficiência técnica.
- e) A adoção de uma lógica simbólica que elimina critérios mensuráveis e substitui planejamento por intuição gestora.

81. No processo de elaboração de uma política estadual para cultura digital, os gestores optaram por cruzar dados do IBGE sobre acesso à internet com indicadores de vulnerabilidade social e mapeamentos de coletivos culturais em favelas urbanas e comunidades rurais. Ao desenvolver uma metodologia própria de escuta ativa por meio de fóruns híbridos (presenciais e online), a equipe conseguiu identificar demandas latentes que não apareciam nos dados quantitativos oficiais. Tal iniciativa representa um exemplo robusto de:

- a) Exclusão dos dados estatísticos como critério de formulação de políticas públicas culturais.
- b) Substituição da técnica por processos informais de consulta popular.

c) Triangulação metodológica entre dados secundários, evidências territoriais e participação social qualificada.

d) Rejeição das plataformas digitais como ferramentas de mobilização e planejamento cultural.

e) Verticalização decisória por parte do poder público, em detrimento dos sujeitos culturais dos territórios.

82. Um programa estadual de incentivo à cultura propôs, como critério de elegibilidade, que os projetos contemplassem ao menos dois dos seguintes elementos: impacto territorial, articulação em rede, inovação metodológica e vínculo com políticas públicas locais. A comissão de seleção baseou-se em análises qualitativas de formulários, mapeamentos territoriais e histórico de atuação dos proponentes. Essa abordagem está alinhada:

- a) Ao paradigma burocrático clássico, que valoriza apenas critérios objetivos e mensuráveis.
- b) Ao modelo de financiamento cultural baseado em sorteios aleatórios para garantir isonomia.
- c) À lógica de política universalista, que distribui recursos igualmente entre todos os territórios.
- d) À construção de políticas culturais orientadas por evidências, com critérios mistos de análise e foco em impacto.
- e) À adoção de metas exclusivamente econômicas, voltadas ao retorno financeiro dos projetos.

83. Em uma tentativa de descentralizar a política cultural, o governo de um estado nordestino lançou um plano de regionalização com editais exclusivos para territórios semiáridos e comunidades quilombolas. Para embasar o plano, utilizou dados censitários, índices de acesso a equipamentos culturais e escuta direta com lideranças comunitárias. O plano previa também instâncias de governança local e monitoramento participativo. Essa experiência reflete:

- a) Um modelo de política cultural ancorado apenas em critérios simbólicos de representação.
- b) A reafirmação de um modelo centralizador, que privilegia os grandes centros urbanos.
- c) Um processo de territorialização estratégica, orientado por dados e pela escuta dos sujeitos coletivos.
- d) A exclusão dos critérios técnicos na seleção dos projetos culturais regionais.
- e) Um plano focado exclusivamente na promoção de eventos culturais em massa.

84. Uma avaliação do sistema estadual de editais culturais identificou que a maior parte dos recursos era absorvida por artistas já consolidados em grandes capitais. Diante disso, o governo decidiu aplicar uma metodologia que cruzava o histórico de beneficiários com indicadores sociais, geográficos e étnico-raciais, adotando também cotas para grupos sub-representados. Essa reestruturação visa:

- a) Reforçar a lógica de excelência artística desvinculada das questões sociais.
- b) Estabelecer mecanismos de redistribuição cultural com base na interseccionalidade e nos dados territoriais.
- c) Substituir a avaliação técnica por critérios exclusivamente políticos.
- d) Fortalecer a concentração dos recursos em polos culturais tradicionais.
- e) Estimular a competitividade por meio da extinção de critérios sociais nos editais.

85. Durante o desenvolvimento de um Observatório Estadual de Políticas Culturais, uma equipe técnica definiu três eixos de atuação: (1) mapeamento de dados culturais, (2) produção de indicadores sintéticos de acesso e vulnerabilidade, e (3) desenvolvimento de plataformas de visualização geográfica interativa. Essa iniciativa contribui para:

- a) Ampliar o controle tecnocrático sobre os agentes culturais dos territórios.
- b) Restringir o uso de dados exclusivamente a órgãos centrais de governo.
- c) Fortalecer a transparência, a participação e o uso social dos dados na formulação e monitoramento das políticas.
- d) Eliminar a necessidade de escuta pública nos processos de planejamento.
- e) Reforçar o sigilo institucional como forma de proteger os dados culturais sensíveis.

86. Uma rede estadual de Pontos de Cultura foi mobilizada para colaborar na elaboração do Plano Plurianual (PPA) de um estado. Por meio de caravanas culturais, rodas de diálogo e oficinas de orçamento participativo, as propostas dos territórios foram incorporadas ao planejamento orçamentário estadual. Esse processo reflete:

- a) O enfraquecimento do papel institucional da Secretaria de Cultura.
- b) A substituição das políticas públicas por práticas espontâneas e não sistematizadas.
- c) A institucionalização de práticas de democracia cultural associadas ao planejamento estatal.
- d) A desresponsabilização do poder público diante da cultura comunitária.
- e) A criação de um sistema paralelo que compromete a racionalidade da gestão pública.

87. Durante a avaliação de médio prazo de uma política estadual de cultura, foi identificado que a ausência de mecanismos de monitoramento territorializado dificultava o ajuste das ações às realidades locais. Em resposta, foi implantado um sistema de indicadores culturais integrados a um painel público interativo, atualizado trimestralmente com dados das regionais culturais e das prefeituras. Essa medida visa:

- a) Centralizar as decisões em órgãos federais de cultura para garantir padronização.
- b) Fortalecer o controle social e a governança colaborativa com base em dados atualizados e regionalizados.
- c) Substituir os conselhos de cultura por algoritmos de inteligência artificial.
- d) Eliminar a necessidade de relatórios técnicos nos processos de prestação de contas culturais.
- e) Implementar auditorias de impacto cultural com foco exclusivamente econômico-financeiro.

88. No âmbito de um pacto federativo para cultura, foi instituído um comitê gestor intergovernamental com representantes da União, dos estados e dos municípios. Com base em diagnósticos culturais locais, o comitê deliberou a criação de metas compartilhadas e ações cofinanciadas, orientadas por indicadores como acesso a equipamentos, diversidade de linguagens e formação técnica. Essa iniciativa representa:

- a) A federalização dos recursos culturais sob controle exclusivo do Ministério da Cultura.
- b) A imposição de metas estaduais aos municípios, sem consulta prévia.
- c) A construção de um modelo de corresponsabilidade federativa fundamentado em planejamento estratégico com base em evidências.
- d) A extinção do papel dos conselhos de cultura em nome da gestão executiva direta.
- e) A adoção de um modelo de política cultural exclusivamente verticalizado e centralizado.

89. No processo de revisão da Lei de Incentivo à Cultura de um estado do Sudeste, a sociedade civil reivindicou maior transparência e equidade no acesso aos recursos. A resposta institucional foi a criação de uma plataforma de dados abertos com painéis de visualização por raça, território, linguagem artística e recorrência dos proponentes. A lógica dessa resposta se alinha a:

- a) A gestão da cultura baseada em evidências, voltada à justiça cognitiva, étnico-racial e territorial.
- b) A transparência meramente estética, sem efeitos sobre a equidade do sistema.
- c) A judicialização das políticas culturais como única forma de garantir direitos.
- d) A concentração dos incentivos em proponentes com maior reputação mercadológica.
- e) A lógica de patrocínio espontâneo, desvinculado do controle social.

90. Um consórcio de universidades públicas criou, em parceria com um órgão estadual, um laboratório de dados culturais com a missão de integrar diagnósticos territoriais, acompanhar editais e propor recomendações em tempo real aos gestores. O projeto opera em três níveis: produção de conhecimento, apoio técnico à tomada de decisão e formação de quadros locais. Essa proposta corresponde a:

- a) Um modelo de governança tecnocrática excludente, alheio à diversidade cultural.
- b) Um sistema acadêmico de dados autônomos, desvinculado da gestão pública.
- c) Um mecanismo de integração entre ciência, gestão pública e sociedade civil, orientado por evidências e qualificação das políticas.
- d) Uma ferramenta de ranking para premiar os municípios com maior eficiência cultural.
- e) Um laboratório voltado exclusivamente à coleta estatística, sem fins aplicados.

Discursiva 1

A cultura desempenha papel estratégico na formação da identidade nacional, na promoção da diversidade e na garantia do desenvolvimento sustentável. Para estruturar políticas públicas culturais em longo prazo, o Brasil instituiu, por meio da Lei nº 12.343/2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC), integrado ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). O PNC definiu diretrizes e metas para o setor cultural por um período de 10 anos, sendo renovado pela Lei nº 14.835/2024, que institui o 2º Plano Nacional de Cultura, com vigência de 2024 a 2034. Esse novo plano reafirma compromissos com a descentralização, a ampliação do acesso, a valorização da diversidade e a integração entre entes federativos.

“O Plano Nacional de Cultura é um instrumento estratégico para garantir que o Estado brasileiro atue de forma coordenada e contínua na promoção da cultura, como direito e como vetor de desenvolvimento humano e social.” (Ministério da Cultura, 2024)

Com base nas Leis nº 12.343/2010 e nº 14.835/2024, que instituem o Plano Nacional de Cultura e o 2º Plano Nacional de Cultura, respectivamente, elabore um texto dissertativo acerca da importância do planejamento de longo prazo na formulação das políticas públicas culturais no Brasil. Em sua resposta, aborde os seguintes aspectos:

1. O papel do Plano Nacional de Cultura como instrumento de Estado;
2. A relação entre o Sistema Nacional de Cultura e os princípios federativos;
3. Os avanços promovidos pela Lei nº 14.835/2024 em relação à democratização do acesso à cultura.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A produção de conhecimento científico exige rigor metodológico e clareza conceitual desde a formulação do problema de pesquisa até a análise e interpretação dos dados. O pesquisador deve escolher abordagens e técnicas que dialoguem com os objetivos do estudo, considerando as peculiaridades do objeto investigado. A diversidade metodológica – que inclui as abordagens qualitativa, quantitativa e mista – amplia as possibilidades de compreensão de fenômenos sociais, educacionais, ambientais, econômicos, entre outros. No entanto, a escolha inadequada dos métodos pode comprometer a validade e a aplicabilidade dos resultados da pesquisa.

Com base no texto motivador, nos seus conhecimentos sobre os fundamentos metodológicos da pesquisa científica e nas abordagens metodológicas disponíveis, redija um texto dissertativo-argumentativo abordando os seguintes aspectos:

1. As principais características das abordagens quantitativa, qualitativa e mista, indicando quando cada uma é mais apropriada.
2. A importância da definição do problema de pesquisa e da formulação de hipóteses ou objetivos.
3. A relevância da escolha adequada das técnicas de coleta e análise de dados para a validade da pesquisa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
